



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

ATA DA 20ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ

1 Às nove horas e trinta minutos do dia 19 de dezembro de 2000, na sala 605 do edifício-
2 sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Plenário do CONARQ,
3 estando presentes os seguintes Conselheiros: Jaime Antunes da Silva, Presidente;
4 representantes do Poder Executivo Federal: Luiz Augusto da Paz, do Ministério da
5 Defesa e Oswaldo Noman, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
6 (titulares); representantes do Poder Judiciário Federal: Rosemary de Almeida, do
7 Supremo Tribunal Federal (titular) e Regina Lúcia Brandão Jaeger, do Tribunal
8 Superior do Trabalho (suplente); representantes do Poder Legislativo Federal: Francisco
9 Maurício da Paz, do Senado Federal e Kátia Isabelli de Bethânia Melo de Souza, da
10 Câmara dos Deputados (titulares); representante do Arquivo Nacional: Maria Izabel de
11 Oliveira (titular); representante dos Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal:
12 Jessie Jane Vieira de Sousa, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (titular);
13 representante dos Arquivos Públicos Municipais: Ana Célia Rodrigues, do Arquivo
14 Público e Histórico da Cidade de Campinas (suplente); representante da Associação dos
15 Arquivistas Brasileiros: Mariza Bottino (titular); representante de instituições
16 mantenedoras de instituições mantenedoras de curso superior de arquivologia, Maria
17 Odila Kahl Fonseca, da Universidade Federal Fluminense (titular); representantes de
18 instituições não-governamentais da área de ensino, pesquisa, preservação ou acesso a
19 fontes documentais: Lana Lage da Gama Lima, da Associação Nacional de Professores
20 de História - ANPUH (titular); Maria Celina D'Araújo, da Associação Nacional de Pós-
21 Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS (titular), Luciana Quillet
22 Heymann (titular) e Célia Leite Costa (suplente), do Centro de Pesquisa e
23 Documentação de História Contemporânea do Brasil. Justificaram suas ausências:
24 Maria Inês Gonçalves de Oliveira Muller, do Tribunal Superior Eleitoral (titular),
25 Zeneide de Souza Pantoja, do Arquivo Público do Distrito Federal (suplente) e Antonio
26 Carlos de Souza Lima, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em

27 Ciências Sociais - ANPOCS (suplente). Foi convidada para Secretariar os trabalhos da
28 20ª reunião do CONARQ, Marilena Leite Paes, assessora do Diretor-Geral do Arquivo
29 Nacional. Abrindo a sessão, o Presidente deu as boas vindas aos Conselheiros, fazendo
30 a leitura da agenda programada para a reunião, acrescida de explicações
31 complementares. Passou a palavra ao Conselheiro Oswaldo Noman para falar sobre a
32 "Política de Governo Eletrônico para o Poder Executivo Federal". Iniciou esclarecendo
33 que a matéria que discorrerá em seguida, foi a mesma apresentada ao Presidente da
34 República e que foi objeto de sua aprovação. Mencionou, em sua palestra, a Lei nº
35 9.983, que trata dos crimes eletrônicos contra a administração pública, o Decreto nº
36 3.505, sobre a política e gestão da segurança da informação, o Decreto nº 3.585 sobre
37 tramitação de documentos por meio eletrônico, Decreto nº 3.587, sobre infra-estrutura
38 de chaves públicas, Portaria Interministerial nº 47, que trata do Comitê Executivo de
39 Comércio Eletrônico, bem como o projeto de lei que dispõe sobre a autenticidade e
40 valor jurídico dos documentos eletrônicos. Além da legislação, mencionou também a
41 criação do curso de gestores da tecnologia da informação, com 360 horas/aula, para
42 formar pessoas de carreira do estado, a fim de se especializarem em administração e
43 gestão de tecnologias da informação e comunicação. Informou, também, sobre outros
44 tipos de capacitação de pessoal, inclusive de treinamento, mediante cursos à distância.
45 A propósito da formação de gestores da tecnologia de informação, Carlos Ditadi fez
46 uma intervenção, falando sobre trabalho realizado na Itália em que o arquivista tem um
47 papel fundamental no gerenciamento da informação. A Conselheira Maria Odila
48 chamou atenção para o fato de que os profissionais da área da tecnologia da informação
49 têm a tendência de alijar os arquivistas desse processo. Discorreu, em seguida sobre os
50 grupos de trabalho que estão desenvolvendo atividades nessa área. Continuando, o
51 Conselheiro Oswaldo Noman falou da unificação das redes de informação existentes no
52 país. A expectativa do Governo é de que, concluído o trabalho de integração das redes,
53 haja uma economia de aproximadamente 50% no custo de transmissão de dados do
54 governo brasileiro. A idéia não é parar de gastar e sim utilizar os recursos disponíveis na
55 ampliação e universalização desses serviços. A coordenação será do Ministério do
56 Planejamento, da sua Secretaria. Passou, então, a mencionar as ações que serão
57 desenvolvidas. Durante seu relato foram lembrados problemas decorrentes de vírus, da
58 intensificação do uso da Internet, utilizando-se dos "quiosques" dos Correios e de
59 iniciativas de outras instituições como a Caixa Econômica, que está fazendo convênios
60 com as casas lotéricas para serem ponto de acesso da Internet, a Telemar, que está

61 desenvolvendo um projeto com o governo do Amazonas para disponibilizar,
62 gratuitamente, a Internet nas escolas, e outras iniciativas. Em dezembro, deverá sair um
63 pacote de facilidades para ampliar o acesso à Internet. O objetivo é permitir o acesso à
64 Internet, principalmente nas localidades que não possuam provedores de acesso por
65 meio de uma chamada local e não por meio de uma chamada interurbana. Falou sobre o
66 projeto PEP (Ponto Eletrônico de Presença), que é um ponto de acesso à Internet, a ser
67 colocado em qualquer lugar como, por exemplo, uma padaria. Esses pontos deverão ser
68 instalados em 100 localidades diferentes como em municípios com poucos recursos,
69 entidades do governo federal etc. Em seguida, falou que a meta é atingir todos os
70 municípios brasileiros. Continuando, esclareceu que as ações a serem implementadas
71 estão sendo estudadas e planejadas por grandes grupos de trabalho: o primeiro, cria a
72 rede de Governo Federal, a infovia de Governo, o segundo leva a Internet para toda a
73 população, para todas as localidades brasileiras e o terceiro, diz respeito à
74 universalização de serviços, isto é, levará serviços a todos. Trata-se de um ambiente
75 governo/cidadão/cliente/ empresa, voltado para o relacionamento com os cidadãos,
76 fornecedores e empresas. O objetivo é colocar todos os serviços e informações
77 prestados pelo governo federal ao alcance do cidadão através da Internet e de outras
78 formas eletrônicas de interação. Quanto a sua composição, todos os órgãos integram
79 esse grupo de ações. A coordenação desse grupo é o próprio Ministro Chefe da Casa
80 Civil. Seguiu, mencionando as diversas ações que serão desenvolvidas. O quarto grupo:
81 normas e padrões para prestação de serviços, do qual o Arquivo Nacional faz parte,
82 estabelece padrões de qualidade para a prestação de serviços a toda a sociedade. Seguiu,
83 falando das ações desse grupo, dos projetos que vêm sendo desenvolvidos e quais os
84 serviços que já estão ou serão disponibilizados. Dentre eles destacou a integração dos
85 sistemas de protocolo, que deverá estar implantada em julho de 2001, e a ampla
86 utilização do documento eletrônico, que, passando pelas etapas da regulamentação,
87 certificação, validade etc., culminará com a eliminação do uso de papel na
88 documentação governamental, prevista para ocorrer até dezembro de 2006. Na verdade,
89 o que se pretende é a eliminação gradativa do uso de papéis na tramitação de
90 informações e de serviços governamentais e não a eliminação dos papéis para fins de
91 arquivamento. Por essa razão, o Arquivo Nacional integra o grupo de trabalho que trata
92 da matéria. No seu entender, o projeto mais complexo é o da integração dos diversos
93 sistemas de gestão administrativa (SIAPE, SIAFI, SIASG, etc.), de forma a garantir ao
94 governo uma administração efetiva e eficiente. O quinto grupo é o das informações

95 estratégicas. Trata-se de um grupo Governo/empresa, calcado no relacionamento do
96 Governo com os fornecedores e empresas, com o objetivo de planejar ações visando
97 criar um portal de informações estratégicas de interesse dos diversos segmentos
98 econômicos brasileiros. Pretende-se, com isso, aumentar a produtividade e a
99 competitividade da indústria nacional, criar facilidades para que haja investimentos no
100 país, facilitar a ampliação e criação de novos negócios. Esse é um portal voltado para o
101 aumento da capacidade econômica, produtiva e da competência do país. Informou, em
102 seguida, sobre a composição do grupo e descreveu os principais trabalhos que estão
103 sendo realizados. Em prosseguimento, relatou algumas ações em andamento que não
104 estão incluídas em nenhum dos grupos mencionados: - a campanha de divulgação das
105 iniciativas do governo; a infra-estrutura das chaves públicas; o pregão eletrônico, via
106 Internet; individualização dos recursos no orçamento; treinamento remoto para o
107 servidor público e para a sociedade e implantação de novos sistemas de gestão interna
108 que estão sendo desenvolvidos como, por exemplo, o novo SIAPE 21, isto é, o SIAPE
109 para ser implementado no século XXI; um sistema para fazer o acompanhamento das
110 obras públicas e dos recursos nelas aplicados, para se evitar o superfaturamento, a não
111 conclusão de obras etc., e um projeto de contabilidade gerencial para que o governo
112 disponham de um mapeamento de custos e não apenas de despesas como tem hoje. O
113 Governo sabe quanto gasta mas não sabe quanto custa cada empreendimento ou
114 iniciativa. Esses últimos quatro projetos mencionados fazem parte do Brasil
115 transparente. Uma das metas do sistema das obras públicas, por exemplo, é fazer com
116 que a sociedade, a comunidade onde a obra estiver sendo realizada, sejam uma instância
117 de fiscalização do Governo. A propósito, o Sr. Carlos Ditadi fez diversas considerações
118 não só sobre a transparência das ações governamentais, mas também sobre a
119 desburocratização e o acesso dos cidadãos às informações governamentais, chamando
120 atenção especial para a cobrança indevida de taxas ou royalties pelo uso de informações
121 e serviços produzidos pelo governo, excetuados, é claro, os casos previstos em lei.
122 Concluindo, o Conselheiro Noman esclareceu que o projeto de política de divulgação de
123 informações que estão desenvolvendo, está calcado em dois pilares básicos: - o
124 primeiro, que é a informação como recurso estratégico da organização; o segundo, que a
125 informação pública é de domínio público; pertence à sociedade, não é de nenhum
126 gestor, órgão ou organismo. Concluindo, agradeceu a atenção de todos e se colocou à
127 disposição para qualquer esclarecimento e que também estão receptivos a contribuições
128 e sugestões para implementar os projetos em andamento. Em seguida, o Presidente

129 parabenizou e agradeceu o Conselheiro Noman pela sua apresentação, comentando que
130 o CONARQ, na qualidade de órgão colegiado está não só preocupado com a
131 transferência, com a permanência das informações públicas, como também com os
132 projetos governamentais e disposto a colaborar para o êxito dos mesmos. Dando
133 continuidade aos trabalhos, o Presidente passou ao item seguinte da agenda, informando
134 aos Conselheiros sobre o projeto de lei sobre documentos eletrônicos, encaminhado ao
135 Arquivo Nacional pela Casa Civil, disponibilizado no site www.planalto.gov.br, em
136 consulta pública, para coleta de sugestões até o dia 15 de janeiro de 2001. Informou que
137 tivemos acesso a esse projeto de lei em novembro e, durante dois, três dias, examinamos
138 a matéria e produzimos o texto ora distribuído aos Conselheiros, o qual foi
139 encaminhado à Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, por e-mail, no dia 1º de
140 dezembro. Não deve ter sido examinado e foi para consulta pública o texto original,
141 elaborado pela referida Subchefia, no dia 12 de dezembro, onde ficará até o dia 15 de
142 janeiro, conforme já foi dito. Informou que consultado o site do governo, verificamos
143 que já havia cerca de 800 acessos e que, evidentemente desconhecemos a sua origem.
144 Em seguida, referiu-se aos textos distribuídos aos Conselheiros, prestando
145 esclarecimentos sobre os mesmos: o Documento 1, como se pode verificar, é a proposta
146 que está em consulta pública. O Documento 2, apresenta, em letras vermelhas, as
147 alterações propostas pelo grupo de trabalho, cujos integrantes estão mencionados no
148 início do Documento. As justificativas do Grupo de Trabalho sobre essas alterações
149 encontram-se escritas em azul. O Documento 3 é a versão substitutiva do Projeto de Lei
150 proposto pelo Grupo de Trabalho, incluindo as alterações contidas no documento nº 2,
151 que apareciam em vermelho. Tendo em vista a proximidade desta reunião do
152 CONARQ, julgou-se oportuno submeter a matéria ao Plenário, que poderá, se assim o
153 desejar, acrescentar outras alterações. Esta documentação foi remetida à Subchefia para
154 Assuntos Jurídicos da Presidência da República, em 1º de dezembro. Entretanto, a
155 versão colocada em consulta pública foi a anterior, não tendo sido considerada a
156 apresentada pelo Grupo de Trabalho. As Conselheiras Célia Costa, Maria Odila e Carlos
157 Augusto Ditadi teceram longos comentários sobre os procedimentos e a legislação de
158 outros países, em virtude da posição firmada pela referida Subchefia na necessidade de
159 se editar uma lei e não um decreto. O Conselheiro Oswaldo Noman alertou para a
160 importância de cada Conselheiro manifestar sua opinião sobre o projeto de lei colocado
161 em consulta pública, inclusive chamando a atenção do governo sobre as vantagens de se
162 disciplinar a matéria por decreto e não por lei. Lembrou, ainda que a omissão dos

163 interessados poderá ser traduzida como aceitação e aprovação da proposta
164 governamental, pela sociedade, tal como foi apresentada. A seguir, o presidente, propôs
165 que se examinasse o Documento 2, que contém as sugestões do grupo de trabalho,
166 acrescidas das observações julgadas necessárias. Iniciou-se, em seguida, a análise do
167 Documento nº 2. Discutiu-se amplamente a proposta, cujo texto foi objeto de alterações
168 sugeridas pelos Conselheiros. A proposta do Grupo de Trabalho e o texto incorporando
169 as alterações aprovadas pelo Plenário foram anexados a esta ata, passando a fazer parte
170 da mesma para todos os efeitos. O Conselheiro Oswaldo Noman solicitou que fosse
171 registrado em ata sua discordância quanto à redação do artigo 2º proposta pelo Grupo de
172 Trabalho (em vermelho), quando diz "serão arquivados na forma e no meio mais
173 adequados". Em sua opinião, o texto seria assim redigido: "serão arquivados em meio
174 eletrônico", considerando que a lei trata de documentos eletrônicos. Finalizando, o
175 Presidente informou que encaminharia ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da
176 Presidência da República expediente informando sobre as discussões ocorridas nesta
177 reunião, e encaminhando o projeto de lei original com as sugestões de alteração e as
178 respectivas justificativas aprovadas pelo Plenário do CONARQ, bem como um projeto
179 de lei substitutivo incorporando as referidas alterações. Concluída a matéria, o
180 Presidente passou para o item seguinte da pauta: - Consolidação da legislação
181 regulamentadora da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991... Tendo presente que o texto
182 foi distribuído com antecedência aos Conselheiros, o Presidente prestou esclarecimentos
183 sobre as alterações propostas (em vermelho), as quais, se aprovadas pelo Plenário serão
184 encaminhadas à Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da
185 República, onde a matéria está sendo estudada. Concluídas suas considerações,
186 submeteu o assunto ao Plenário, que aprovou o texto. Em seguida, passou a palavra à
187 presidente da Câmara Técnica de Capacitação de Recursos Humanos, Srª Marilda Dias
188 Alves, para dar notícia sobre o projeto de educação à distância na área de arquivologia,
189 que vem sendo desenvolvido naquela Câmara e nomeando os especialistas que vêm
190 colaborando nos trabalhos. Oportunamente o projeto será encaminhado aos
191 Conselheiros para análise, sugestões e aprovação. Antes de encerrar a reunião, o
192 Presidente prestou algumas informações sobre sua participação num seminário
193 promovido pelo Ministério Público, para falar aos procuradores, que vêm demonstrando
194 interesse em conhecer mais sobre as atividades de arquivo, uma vez que o Ministério
195 Público tem um segmento ligado ao patrimônio público e ao meio ambiente.
196 Continuando, fez comentários sobre o recente convênio firmado pelo Ministério Público

197 de São Paulo e o Arquivo Público do Estado (distribuído a todos os Conselheiros) para a
198 criação da Comissão de Avaliação de Documentos do Ministério Público, a prestação de
199 assessoria técnica e a conjugação de esforços para assegurar proteção ao patrimônio
200 documental do Estado de São Paulo. Enfatizou a importância dessa iniciativa, a qual
201 poderia ser seguida por outros Estados. Quanto ao CONARQ, seria altamente
202 conveniente uma aproximação com o Ministério Público, para que as demandas
203 encaminhadas ao Conselho, sempre que possível e quando necessário, sejam submetidas
204 ao Ministério Público. Sugeriu-se indagar sobre as possibilidades de sua eventual
205 participação no CONARQ. Continuando informou aos Conselheiros sobre as
206 providências que estavam sendo tomadas pela coordenação do CONARQ relativamente
207 à distribuição, pelos Arquivos Estaduais, da publicação "Subsídios para a Implantação
208 de uma Política Municipal de Arquivos". A seguir, examinou com os Conselheiros as
209 alternativas de datas e agenda para a próxima reunião do CONARQ. Em princípio a
210 reunião ficou marcada para os dias 29 e 30 de março, quando deverão ser abordados os
211 seguintes assuntos, se concluídos os estudos que vêm sendo realizados: sugestões da
212 área de arquivos para o Livro Verde; Terminologia; documentos eletrônicos e projeto de
213 ensino à distância, entre outros. Nada mais lavrado a tratar o Presidente encerrou a
214 reunião, desejando Feliz Natal e votos de êxitos pessoais e profissionais aos
215 Conselheiros, e foi lavrada a presente ata, que vai por mim assinada e pelo Presidente.